



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
RUA JOÃO DIOGO, 288 - Bairro CAMPINA - CEP 66015902 - Belém - PA

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

(CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS)

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 9º, inciso I da IN 58/2022).

1.1. Descrição da demanda

- Contratação de serviço de transporte para distribuição de aproximadamente **18.650 (dezoito mil seiscentos e cinquenta) urnas eletrônicas** e materiais agregados (urnas de lona, cabinas de votação, mídias, bobinas de papel e baterias) do Núcleo Gestor de Urnas Eletrônicas (NGUE) do Tribunal Regional Eleitoral do Pará para as Zonas Eleitorais Estado, e, no período pós eleição, o recolhimento das urnas e os materiais das Zonas Eleitorais para o NGUE, conforme condições e exigências estabelecidas neste Estudo.
- O Núcleo Gestor de Urnas - NGUE fica no município de Ananindeua, na Cidade Nova II, Tv. WE 13, S/N entre SN 1 e SN 2, CEP. 67.130-410, Telefones (91) 3346-8890 / 8894. Mapa Google <https://goo.gl/maps/Zz7Yy9qG76tbw4YC6>.
- O endereço das zonas eleitorais do Estado pode ser verificado no endereço: https://apps2.tre-pa.jus.br/apex/r/apex_app/infozonas/dashboards
- Segue abaixo a distribuição resumida de Zonas Eleitorais por item:

Item	Mesorregião	Zona/Posto - Município
1	Baixo Amazonas e Sudoeste Paraense	18ª - ALTAMIRA; 19ª - MONTE ALEGRE; 20ª - SANTARÉM; 21ª - ALENQUER; 22ª - ÓBIDOS; 34ª - ITAITUBA; 38ª - ORIXIMINÁ; 54ª - SENADOR JOSÉ PORFÍRIO; 55ª - ALMEIRIM; 68ª - RURÓPOLIS; 79ª - URUARÁ; 80ª - PACAJÁ; 82ª - PORTO DE MOZ; 83ª - SANTARÉM; 85ª - MEDICILÂNDIA; 89ª - TERRA SANTA; 91ª - NOVO PROGRESSO; 92ª - PRAINHA; 101ª - NOVO REPARTIMENTO; 102ª - JACAREACANGA; 104ª - SANTARÉM; 105ª - JURUTI
2	Marajó	2ª - CACHOEIRA DO ARARI; 3ª - SOURE; 10ª - MUANÁ; 15ª - BREVES; 16ª - AFUÁ; 17ª - CHAVES; 26ª - GURUPÁ; 27ª - PONTA DE PEDRAS; 44ª - PORTEL; 48ª - SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA; 86ª - CURRALINHO; 90ª - ANAJÁS; 99ª - MELGAÇO
3	Sul-Sudeste Paraense	23ª - MARABÁ; 24ª - CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA; 40ª - TUCURUÍ; 42ª - PARAGOMINAS; 46ª - SANTANA DO ARAGUAIA; 51ª - RONDON DO PARÁ; 53ª - SÃO FÉLIX DO XINGU; 56ª - ITUPIRANGA; 57ª - SÃO JOÃO DO ARAGUAIA; 58ª - CURIONÓPOLIS; 59ª - REDENÇÃO; 60ª - RIO MARIA; 61ª - XINGUARA; 62ª - SÃO GERALDO DO ARAGUAIA; 69ª - JACUNDÁ; 74ª - TUCUMÁ; 75ª - PARAUAPEBAS; 84ª - DOM ELISEU; 100ª - MARABÁ; 103ª - BREU BRANCO; 106ª - PARAUAPEBAS
4	Nordeste Paraense	4ª - CASTANHAL; 4ª - SANTA MARIA DO PARÁ; 5ª - IGARAPÉ-AÇU; 5ª - SÃO FRANCISCO DO PARÁ; 6ª - IGARAPÉ-MIRI; 7ª - ABAETETUBA; 8ª - VIGIA; 9ª - CURUÇÁ; 11ª - SÃO MIGUEL DO GUAMÁ; 11ª - IRTUIA; 12ª - CAMETÁ; 13ª - BRAGANÇA; 14ª - VISEU; 25ª - CAPANEMA; 25ª - PEIXE-BOI; 31ª - MARACANÁ; 32ª - MARAPANIM; 33ª - NOVA TIMBOTEUA E STM NOV.; 33ª - PRIMAVERA E QUATIPURU; 35ª - BAIÃO; 35ª - MOCAJUBA; 36ª - SANTA ISABEL DO PARÁ; 37ª - MOJU; 39ª - TOMÉ-AÇU; 41ª - OURÉM; 45ª - OEIRAS DO PARÁ; 49ª - MÃE DO RIO; 50ª - CASTANHAL; 50ª - SÃO DOMINGOS DO CAPIM; 52ª - AUGUSTO CORRÊA; 64ª - SALINÓPOLIS; 65ª - BARCARENA; 70ª - CAPITÃO POÇO; 81ª - GARRAFÃO DO NORTE; 87ª - CONCÓRDIA DO PARÁ; 88ª - LIMOEIRO DO AJURU; 93ª - TAILÂNDIA; 94ª - ACARÁ;

Tabela 1.1.d - Distribuição das zonas eleitorais e postos de atendimento entre os itens da licitação.

- As Zonas dos municípios de **Belém** (1ª, 28ª, 29ª, 30ª, 73ª, 76ª, 95ª, 96ª, 97ª e 98ª), **Ananindeua** (43ª, 72ª e 107ª) e **Marituba e Benevides** (78ª) **não** serão objeto desta contratação.
- Abaixo, elenca-se o cálculo do quantitativo de materiais a serem transportados por item/Região do Estado.

Item/Região	Urnas Eletrônicas e Cabinas de Votação	Urnas de Lona	Baterias e Cabo	Caixa de Mídias	Caixa de Bobinas
1 - Oeste/Sudoeste	4.784	378	2.060	22	54
2 - Marajó	1.666	149	1.014	13	13
3 - Sul/Sul-Sudeste	4.684	403	527	21	48
4 - Nordeste	7.516	656	1.660	38	84
TOTAL	18.650	1.586	5.261	95	199

Tabela 1.1.f - Resumo de materiais transportados entre os itens da licitação (sujeito a modificações até o encerramento do processamento do cadastro eleitoral, em Junho/2026).

1.2. Motivo/Justificativa da Contratação

- Motiva-se a contratação, inicialmente, pelo seu caráter essencial à realização das Eleições 2026.
- A Contratação do serviço se faz necessária também pois o Tribunal não dispõe de meios de transporte suficientes e nem adequados para efetivar uma logística de distribuição de tamanho porte, de forma simultânea, alcançando 94 (noventa e quatro) Zonas Eleitorais / Postos de Atendimento do Estado, e em um curto período de tempo.

1.3 Análise da contratação anterior ou a série histórica, se houver.

- Eleições 2024: 0013468-88.2023.6.14.8000;
- Eleições 2022: 0010998-55.2021.6.14.8000;
- Eleições 2020: 0015995-52.2019.6.14.8000;
- Eleições 2018: 0001208-52.2018.6.14.8000.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso II da IN 58/2022).

2.1. Natureza do objeto

2.1.1. O objeto da contratação é considerado comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante as especificações usuais do mercado. O serviço é ofertado por diversas empresas no mercado.

2.1.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n.º 9.507/2018, da IN SEGES n.º 5/2017 e da Resolução TSE n.º 23.702/2022, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

2.2. Necessidade continuada ou não do serviço

☐ SIM ☒ NÃO

Caso positivo, justificar.

2.2.1. Vigência plurianual

☐ SIM, conforme justificativa abaixo. ☒ NÃO

2.3. Regime de Execução

☒ Empreitada por preço global

☐ Empreitada por preço unitário

Considerando que a logística de transporte das urnas eletrônicas para as Eleições 2026 possui definições claras de origem, destino e volume, entende-se como mais adequada a execução por **Empreitada por Preço Global**. Tal escolha fundamenta-se na confiabilidade dos quantitativos e na baixa margem de erro das estimativas, o que caracteriza a 'certeza do objeto' exigida para este regime. Diferente da empreitada por preço unitário, aqui o pagamento vincula-se à entrega de etapas completas (Ex: Finalização da Fase de Distribuição), otimizando a fiscalização e garantindo a incolumidade do preço pactuado perante a totalidade do serviço.

2.4 Adoção da sistemática do registro de preços:

☐ Sim ☒ Não

2.5. Admissão ou não de subcontratação do objeto contratual

☐ SIM ☒ NÃO

2.5.1 Analisando as contratações anteriores, não se verifica qualquer motivação que justifique a necessidade de permissão da subcontratação parcial dos serviços, seja como meio de ampliar a disputa ou atender a condição específica do mercado. Ademais, é vedada a subcontratação da parcela principal da contratação ou das parcelas de maior relevância técnica.

2.6. Garantia, manutenção e assistência técnica

Para todos os itens, o prazo de garantia dos objetos da futura contratação é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir da emissão da Nota Fiscal.

2.7. Garantia de execução contratual

☐ SIM ☒ NÃO, justificar

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelo motivo do objeto da presente licitação não exigir dedicação exclusiva de mão de obra por parte da empresa contratada. Isso significa que a empresa poderá utilizar seus recursos humanos em outras atividades, o que diminui o risco de inadimplemento do contrato. A não exigência da garantia contratual permite maior flexibilidade na execução do contrato, pois a empresa poderá ajustar sua equipe de trabalho de acordo com as necessidades do momento. No entanto, conforme cláusulas contratuais a empresa deverá ressarcir qualquer dano ou extravio nos materiais e a Administração Pública se utilizará de outros instrumentos para mitigar os riscos das contratações públicas, como a análise de documentação habilitatória, a visita técnica e a fiscalização do contrato.

2.8. Requisitos de capacitação

☐ SIM ☒ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

2.8.1 Não se constata a necessidade de capacitação do gestor e dos fiscais do contrato, considerando as contratações anteriores e modelagem de gestão do contrato.

2.9. Requisitos legais

(X) SIM () NÃO () NÃO SE APLICA

2.9.1. O processo de contratação deve estar aderente à seguinte legislação, sem prejuízo de outras normas aplicáveis:

- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021- que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- b) Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);
- c) Lei nº 11.442, de 05 de janeiro de 2007 (e suas alterações) - Dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração;
- d) Resolução nº 5.982 de 23 de junho de 2022, da Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT;
- e) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e da outras providências;
- f) Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022 - que dispõe sobre a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares para aquisição de bens e contratação de serviços e obras, e sobre o Sistema de ETP digital.
- g) Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 - que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- h) Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 - que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- i) Instrução Normativa SEGES/ME nº 5, de 26 de maio de 2017 (Atualizada) - que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- j) Resolução TSE nº 23.702, de 9 de junho de 2022 - que dispõe sobre a política de governança das contratações na Justiça Eleitoral e dá outras providências.
- k) Resolução CNJ nº 400, de 16 de junho de 2021 - que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.
- l) Portaria TRE/PA nº 23.082/2024 (Define a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação adotada na Secretaria e nas Zonas Eleitorais).
- m) Portaria TRE/PA n. 22.282/2023 - Institui o Código de Ética para a área de contratações.
- n) Instrução Normativa TRE/PA nº 1 de 25/06/2022 - que "*estabelece procedimentos a serem observados, no âmbito de jurisdição do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, referentes ao transporte, à movimentação à armazenagem e à conservação de urnas eletrônicas.*"
- o) Comprovação de habilitação e Registro na Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT para o exercício de atividade de Operador de Transporte Multimodal – OTM;
- p) Apresentação de cópia da apólice de seguro (RCTR-C e RCF-DC), conforme exigido pela Lei nº 11.442/2007.

2.9.2. Requisitos Legais Específicos.

a) Para todos os itens da licitação, a empresa vencedora deverá apresentar, na fase de habilitação:

- a.1) Comprovação de **Inscrição no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga – RNTRC**, conforme a Resolução nº 5.982 de 23 de junho de 2022, da Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT.

Justificativa:

O Certificado de Registro Nacional de Transportadores Rodoviários (CRNTR) é obrigatório e tem previsão no art. 3º da Resolução nº 5.982/2022 – ANTT.

A contratação de empresa sem esse registro, ou com cadastro irregular, pode gerar multa de R\$ 3.000,00 para a Administração, conforme a Resolução ANTT nº 5.982/2022:

Resolução 5.982/2022 ANTT

(...)

Art. 3º São obrigatórias a inscrição e a manutenção do cadastro no RNTRC do TRRC que atenda aos requisitos estabelecidos nesta Resolução, para o exercício da atividade econômica, de natureza comercial por conta de terceiros e mediante remuneração, em uma das seguintes categorias:

I - Transportador Autônomo de Cargas - TAC;

II - Empresa de Transporte Rodoviário de Cargas - ETC; e

III - Cooperativa de Transporte Rodoviário de Cargas - CTC.

(...)

Art. 19. Constituem infrações, quando:

I - o contratante contratar o Transporte Rodoviário Remunerado de Cargas de transportador sem inscrição no RNTRC ou com inscrição pendente, suspensão ou cancelada: multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

(...)

b) Para os itens 01 (Regiões do Baixo Amazonas/Sudoeste) e 02 (Ilha do Marajó) será exigida adicionalmente:

b.1) A comprovação de habilitação e **Registro na Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT para o exercício de atividade de Operador de Transporte Multimodal – OTM**, conforme Lei 9.611, de 19 de fevereiro de 1998; Decreto nº 3.411, de 12 de abril de 2000 e Resolução ANTT nº 794, de 22 de novembro de 2004.

Justificativa:

O Certificado de Operador de Transporte Multimodal é regulado pela Lei nº 9.611/98, pelo Decreto nº 3.411/2000 e pela Resolução ANTT nº 794/2004:

Lei nº 9.611 de 19 de fevereiro de 1998

(...)

Art. 2º Transporte Multimodal de Cargas é aquele que, regido por um único contrato, utiliza duas ou mais modalidades de transporte, desde a origem até o destino, e é executado sob a responsabilidade única de um Operador de Transporte Multimodal.

(...)

Art. 4º O Ministério dos Transportes é o órgão responsável pela política de Transporte Multimodal de Cargas nos segmentos nacional e internacional, ressalvada a legislação vigente e os acordos, tratados e convenções internacionais.

Art. 5º O Operador de Transporte Multimodal é a pessoa jurídica contratada como principal para a realização do Transporte Multimodal de Cargas da origem até o destino, por meios próprios ou por intermédio de terceiros.

Parágrafo único. O Operador de Transporte Multimodal poderá ser transportador ou não transportador

Art. 6º O exercício da atividade de Operador de Transporte Multimodal depende de prévia habilitação e registro no órgão federal designado na regulamentação desta Lei, que também exercerá funções de controle.

Resolução ANTT nº 794/2004

Art. 1º – O exercício da atividade de Operador de Transporte Multimodal (OTM), de que tratam a Lei nº 9.611, de 19 de fevereiro de 1998, e o Decreto nº 1.563, de 19 de julho de 1995, depende de habilitação prévia e registro junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Decreto nº 3.411/2000

(...)

Art. 2º Para exercer a atividade de Operador de Transporte Multimodal, serão necessários a habilitação prévia e o registro junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. (Redação dada pelo Decreto nº 5.276, de 2004)

O Operador de Transporte Multimodal é a empresa responsável por realizar o transporte com dois ou mais tipos de transporte, sob um único contrato.

Dadas as características geográficas e de infraestrutura do Estado nas Regiões dos itens 01 (Regiões do Baixo Amazonas/Sudoeste) e 02 (Ilha do Marajó), não se pode precisar exatamente em que zonas destes itens terá de ser usada mais de uma modalidade de transporte, além da rodoviária. Desta forma, a exigência é necessária para que não se incorra na hipótese de desrespeito à Lei Federal.

2.10. Requisitos temporais

2.10.1. Início da execução do objeto: mês de **julho/2026**, conforme cronograma que comporá o **Anexo II** do Termo de Referência.

2.10.2. O prazo de vigência da contratação será até **31/12/2026**, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021, considerando o anexo II do Termo de Referência (Cronograma-Fases).

2.11. Critérios e práticas de sustentabilidade

(X) SIM () NÃO

2.11.1. A inclusão de critérios e práticas de sustentabilidade nesta contratação atende ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, erigido a objetivo fundamental das licitações pelo art. 5º e art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021. Em cumprimento ao art. 18, § 1º, inciso XII, da referida Lei, e às diretrizes da Resolução CNJ nº 400/2021, a mitigação dos impactos ambientais e sociais decorrentes da prestação do serviço de transporte de urnas foi incorporada ao planejamento da contratação.

Eficiência Energética e Emissões (Veículos)

a) É desejável que os veículos a serem utilizados na execução dos serviços de transporte e recolhimento das urnas possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) da categoria "A" (mais eficiente) do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular), ou comprovem eficiência energética equivalente.

b) Os veículos empregados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento, fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), em conformidade com as Resoluções pertinentes do CONAMA (Resolução nº 018/1986, alterada pelas Resoluções nº 15, de 1995, nº 315, de 2002, e nº 414, de 2009. Complementada pelas Resoluções nº 08, de 1993, e nº 282, de 2001).

c) Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

Descarbonização e Combustíveis Renováveis:

d) Em alinhamento ao Eixo 11 do PLS do TRE/PA e ao Programa Justiça Carbono Zero, os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão utilizar, preferencialmente, o combustível renovável (etanol, gás natural veicular, biodiesel ou eletricidade), inclusive mediante

tecnologia *flex*.

Gestão de Resíduos e Embalagens:

e) A contratada obriga-se a dar destinação final ambientalmente adequada aos resíduos sólidos eventualmente gerados na prestação do serviço (como insumos de amarração, embalagens, pneus inservíveis e óleos lubrificantes de seus veículos), abstendo-se de descartá-los irregularmente nas dependências do Tribunal ou em vias públicas, em observância à Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

Conduta, Equidade e Diversidade:

f) A Contratada deverá orientar seus prepostos e empregados sobre a importância da urbanidade e respeito amplo ao público, adotando medidas preventivas para evitar e coibir todo e qualquer tipo de discriminação (raça, gênero, orientação sexual, religião) ou assédio moral e sexual no âmbito das dependências da Justiça Eleitoral, sujeitando-se às penalidades contratuais em caso de descumprimento.

g) A contratada deverá conhecer, orientar seus funcionários e fazer cumprir as normas de conduta previstas no código de ética e conduta do TRE/PA, bem como sobre a necessidade de observância da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação adotada no âmbito deste Tribunal.

2.11.2. A contratada deverá conhecer, orientar seus funcionários e fazer cumprir as normas de conduta previstas no código de ética e conduta do TRE/PA, bem como sobre a necessidade de observância da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação adotada no âmbito deste Tribunal.

2.12. Necessidade de transição contratual

() SIM () NÃO (X) NÃO SE APLICA

2.13. Vistoria Técnica

() SIM () NÃO (X) NÃO SE APLICA

a) Apesar da vistoria prévia aos locais de execução não ser exigida como requisito obrigatório para a participar do certame, especialmente em razão das diversas zonas eleitorais no Estado do Pará, recomenda-se às licitantes que, se possível, agendem visita às instalações do NGUE (município de Ananindeua, na Cidade Nova II, WE 13, S/N entre SN 1 e SN 2, CEP. 67.130-410) previamente à realização do certame, para melhor conhecer e entender a dinâmica local, para conhecimento do espaço de tráfego e de manobra de veículos, do espaço de embarque e desembarque de material e das limitações operacionais internas do prédio, que condicionam o recolhimento ou a entrega de urnas aos quantitativos máximos previstos no cronograma do **Anexo II** do Termo de Referência.

b) Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia ao NGUE.

c) Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

d) Eventual erro no dimensionamento de propostas pelo não conhecimento das características acima destacadas deverão ser absorvidas pela licitante, sem prejuízo das sanções contratuais pelo não cumprimento do cronograma de saída e de retorno de materiais, previstas na tabela de multas do Termo de Referência.

e) A licitante que desejar realizar vistoria deve agendar previamente com o NGUE através do e-mail ngue@tre-pa.jus.br, ou através dos telefones (91) 3346-8454/8456/8890/8891/8892/8894, em até dois dias úteis antes da licitação.

2.14. Considerações sobre a possibilidade de participação de consórcio na licitação.

() SIM (X) NÃO

Não será possível a participação de consórcio de empresas nesta licitação, em razão da baixa complexidade do objeto a ser fornecido.

2.15. Considerações sobre a possibilidade de participação de cooperativa na licitação.

() SIM (X) NÃO

Caso negativo, justificar.

Não será admitida a participação de sociedades cooperativas, haja vista a vedação contida no enunciado da Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União e no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

2.16. Possibilidade de participação de Pessoa física

() SIM (X) NÃO

Caso negativo, justificar.

Há vedação à participação de pessoa física, nos termos do art. 4º da IN SEGES /ME nº 116/2021, tendo em vista que a contratação exige capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto, incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física.

2.17. Tratamento diferenciado para ME e EPP

Os itens/lotos com valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e entidades equiparadas, conforme benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 (art. 48, inciso I) e do Decreto 8.538/15 (art. 6º).

2.18 Considerações sobre o Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

IMR será adotado? () SIM (X) NÃO

a) Entende-se que a adoção de **Instrumento de Medição de Resultados (IMR)** no caso em tela - contratação de transporte de urnas (fase 01) - é inviável pelos motivos a seguir destacados:

a.1) O IMR é apropriado para serviços em que a qualidade é elemento essencial do objeto, sem o qual o serviço, mesmo que prestado na sua totalidade, não se mostra adequado.

a.2) O estabelecimento de metas, que definem os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e as respectivas adequações de pagamento, pode ser prejudicado pela sujeição a fatores que estão fora do controle do contratado, tais como as condições ruins ou precárias de trafegabilidade em estradas ou, ainda, eventos climáticos adversos, tais como secas e enchentes em rios, sem citar outras intempéries e fenômenos naturais imprevisíveis, que podem comprometer o cumprimento dos prazos e a segurança das urnas.

a.3) A natureza do serviço contratado (por escopo), que será prestado de forma pontual, em somente dois momentos (antes e depois da eleição), não recomenda o uso do IMR, solução mais adequada para contratos contínuos, em que as retenções têm efeito pedagógico-corretivo para evitar glosas futuras, pois não há tempo hábil para a correção de eventuais falhas ou aperfeiçoamento da qualidade do serviço.

a.4) A solução encontrada para a situação foi a de adotar sanções contratuais específicas, previstas no Termo de Referência, bem como reforçar a forma de gestão contratual, para controlar ocorrências, em razão do caráter pontual da execução do serviço, de modo a garantir o interesse público e a lisura do processo eleitoral.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso III da IN 58/2022).

3.1. Identificação das soluções disponíveis

Solução 1 – Contratação direta com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT:

Vantagens:

- Experiência e capilaridade nacional.
- Histórico sólido em segurança e confiabilidade.
- Agilidade na entrega das urnas.

Desvantagens:

- Custo elevado.
- Falta de competitividade.
- Limitações na flexibilidade.

Solução 2 – Contratação via licitação do serviço de transporte de cargas:

Vantagens:

- Competitividade entre empresas.
- Transparência no processo.
- Flexibilidade na definição de critérios.

Desvantagens:

- Complexidade e demora no processo.
- Risco de inadimplemento.
- Custos associados à licitação.

Solução 3 - Parcerias com Prefeituras Municipais (inviável):

Vantagens:

- Redução de custos.
- Conhecimento detalhado das rotas.
- Fortalecimento da cooperação.

Desvantagens:

- Complexidade na formalização.
- Risco de inadimplemento.
- Desafios na padronização do serviço.

3.1.1. Contratações Públicas similares identificadas e analisadas:

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 60/2024

Última atualização 02/09/2024



Local: Salvador/BA **Órgão:** TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL **Unidade compradora:** 070013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Modalidade da contratação: Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, IX **Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica
Registro de preço: Não **Fonte orçamentária:** Não informada
Data de divulgação no PNCP: 02/09/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP
Id contratação PNCP: 00509018000113-1-002942/2024 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Prestação de serviço de recebimento, transporte, entrega e recolhimento de urnas eletrônicas, cabinas, envelopes de segurança, pastas com o material das seções eleitorais, urnas de lona, baterias de contingência para UE e mídias de resultado nas Eleições Municipais de 2024

Contrato nº 00023/2024

Última atualização 14/08/2024



Local: Manaus/AM **Órgão:** TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL **Unidade executora:** 070003 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
Tipo: Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 0005798-82.2024.6.04.0000 **Categoria do processo:** Serviços
Data de divulgação no PNCP: 14/08/2024 **Data de assinatura:** 10/08/2024 **Vigência:** de 14/08/2024 a 13/08/2029
Id contrato PNCP: 00509018000113-2-002740/2024 **Fonte:** Contratos.gov.br **Id contratação PNCP:** [00509018000113-1-002036/2024](#)

Objeto:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE MATERIAIS (URNAS ELETRÔNICAS, SUPRIMENTOS, KITS BIOMÉTRICOS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA AÇÕES DA JUSTIÇA ELEITORAL JUNTO AOS MUNICÍPIOS E COMUNIDADES DO INTERIOR DO ESTADO) PARA OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, NA CIDADE DE MANAUS E TAMBÉM EM SUA ZONA RURAL PARA PLEITOS ORDINÁRIOS E DEMANDAS EVENTUAIS

Contrato nº 00020/2024

Última atualização 10/08/2024



Local: Manaus/AM **Órgão:** TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL **Unidade executora:** 070003 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
Tipo: Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 0005798-82.2024.6.04.0000 **Categoria do processo:** Serviços
Data de divulgação no PNCP: 10/08/2024 **Data de assinatura:** 10/08/2024 **Vigência:** de 10/08/2024 a 09/08/2029
Id contrato PNCP: 00509018000113-2-002675/2024 **Fonte:** Contratos.gov.br **Id contratação PNCP:** [00509018000113-1-002036/2024](#)

Objeto:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE MATERIAIS (URNAS ELETRÔNICAS, SUPRIMENTOS, KITS BIOMÉTRICOS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA AÇÕES DA JUSTIÇA ELEITORAL JUNTO AOS MUNICÍPIOS E COMUNIDADES DO INTERIOR DO ESTADO) PARA OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, NA CIDADE DE MANAUS E TAMBÉM EM SUA ZONA RURAL PARA PLEITOS ORDINÁRIOS E DEMANDAS EVENTUAIS

3.1.1.2. Soluções técnicas disponíveis

Tendo em vista que o transporte de cargas é um serviço prestado por diversas empresas em território nacional, com ampla concorrência, e considerando-se ainda a economia gerada no contrato, entende-se que a escolha natural para o presente caso é a contratação via licitação em 04 (quatro) lotes distintos.

3.1.1.3. Potenciais fornecedores

Existem no mercado, diversas empresas que atendem perfeitamente as especificações técnicas mínimas descritas no Termo de Referência.

3.2. Comparação das soluções

3.2.1 Custo:

- Contratação Direta com a ECT: O TRE/PA já realizou a contratação direta com a EBCT em eleições anteriores. O serviço foi prestado com excelência pela empresa, entretanto, o valor da contratação é mais alto que o praticado pelo mercado, sempre chegando a níveis próximos do orçamento total de transporte de urnas no Estado, conforme demonstrado pela proposta feita pela empresa em janeiro/2022 (1475731), com valor aproximado de 1,5 milhões de reais.
- Contratação via Licitação: Custo potencialmente menor, com estimativa de economia em torno de 60% em relação à contratação direta, conforme demonstrado pelo valor total da contratação do transporte de urnas das:
 - Eleições 2022, Contratos 102 (1613927), 103 (1614110) e 104 (1614181), que foi de aproximadamente R\$ 680.000,00.

- Eleições 2024, (Contratos 79 (0002361224) e 80 (0002361302), onde o custo foi de aproximadamente R\$ 560.000,00

3.2.2 Segurança e Confiabilidade:

- Contratação Direta com a ECT: Empresa com grande experiência e expertise no transporte de cargas, o que garante um serviço seguro e confiável.
- Contratação via Licitação: A empresa vencedora da licitação deverá apresentar documentações e certidões que comprovem sua capacidade de executar o serviço de forma segura e confiável.

3.2.3. Agilidade:

- Contratação Direta com a ECT: Agilidade na entrega das urnas, em razão da capilaridade da empresa em todo o território nacional.
- Contratação via Licitação: A empresa vencedora da licitação deverá apresentar um cronograma de entrega das urnas que atenda às necessidades do Tribunal.

3.3. Solução mais vantajosa

- A licitação é o procedimento padrão para a contratação de serviços pela Administração Pública, em razão da maior competitividade e transparência que proporciona.
- A contratação direta com a ECT é uma exceção à regra da licitação, e só se justifica em casos específicos, como quando há risco para a segurança nacional, urgência ou quando não há empresas no mercado que ofereçam o serviço.
- O Tribunal já possui experiência na realização de licitações para o transporte de urnas, desde as Eleições de 2018, com resultados positivos em termos de economicidade e qualidade do serviço.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (descrição/especificação do Objeto)

Fundamentação: descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso IV da IN 58/2022).

a) Cada item (Região do Estado) na licitação compreenderá duas fases de execução:

- FASE 1: consiste na distribuição dos materiais do NGUE até a Zona Eleitoral, em data a ser definida antes da Eleição;
- FASE 2: consiste no recolhimento dos materiais, da Zona Eleitoral até o NGUE, que ocorrerá somente após o período do segundo turno das eleições municipais, ainda que a zona eleitoral não tenha possibilidade de segundo turno.

b) Verifica-se, então, que o valor do item deve compreender **as duas fases de transporte (distribuição/ida e recolhimento/retorno)**.

c) Ao final da execução de uma das fases, a Contratada poderá faturar para pagamento o valor correspondente.

4.1 Primeira Fase (Transporte do NGUE para as Zonas Eleitorais) JULHO a AGOSTO de 2026

a) Corresponde à identificação, separação e transporte dos materiais do NGUE para as Zonas Eleitorais do Interior do Estado elencadas no tópico 1.1 deste Estudo Preliminar, e compreende dois momentos: a retirada de materiais do NGUE, localizado em Ananindeua, e a entrega dos materiais nas Zonas Eleitorais do Estado.

4.1.1 Identificação e separação do material

a) Os materiais relacionados no Anexo I do Termo de Referência (Fase 1 – Distribuição) serão disponibilizados à(s) contratada(s) no NGUE, a partir de **22/06/2026** (duas semanas antes do início do embarque dos materiais) para separação, mediante agendamento dos dias de trabalho com o NGUE (ngue@tre-pa.jus.br).

b) Para melhor organizar este procedimento, a contratada deverá apresentar sua equipe devidamente credenciada e em número suficiente para a realização do serviço.

c) A contratada deverá encaminhar ao NGUE (ngue@tre-pa.jus.br) a relação com os nomes das pessoas responsáveis pela classificação do material até a antevéspera do início dos serviços, contendo as seguintes informações:

- Nome da empresa/CNPJ;
- motivo do acesso;
- data e hora;
- nome das pessoas / cargo na empresa / RG;
- orientações e esclarecimentos deverão ser solicitados pelos telefones do NGUE: (91) 3346-8892 / 8896.

d) A disponibilização da força de trabalho necessária para a identificação, separação e carregamento dos materiais no NGUE é **de responsabilidade da contratada**.

4.1.2 Retirada de materiais do NGUE e entrega nas Zonas Eleitorais

a) O início do carregamento para distribuição às Zonas Eleitorais do interior do Estado ocorrerá no período entre **23/07/2026 a 12/08/2026 (inclusive durante o fim de semana se necessário, e em casos justificados)**, de acordo com o cronograma de retirada de materiais definidos do **Anexo II do Termo de Referência**.

b) O material, já classificado e identificado, deverá ser organizado nos veículos de forma que facilite a entrega nas Zonas Eleitorais.

c) A entrega dos materiais nas Zonas Eleitorais deverá ser efetuada em dias úteis, de 8 às 17 horas, em dia e hora agendados pela contratada com o Chefe de Cartório.

d) Em casos devidamente justificados à Fiscalização, a entrega poderá ser feita em dias **não** úteis no horário de **8h às 17h**, desde que a contratada entre em contato previamente com a respectiva Zona Eleitoral, para verificar a possibilidade de recebimento dos materiais.

e) A descarga dos materiais recolhidos no Núcleo Gestor de Urnas deve ser feita diretamente nas Zonas Eleitorais **sendo vedado o descarregamento injustificado e sem conhecimento da fiscalização em outra localidade, em armazém de terceiros ou em depósitos temporários, antes da entrega**, contudo:

e.1) **Excetua-se** da vedação do tópico anterior os casos em que, dado conhecimento à fiscalização, e por força do fracionamento do transporte fluvial para diversas localidades a partir de um porto central, houver necessidade justificada de armazenamento temporário em depósito/armazém;

e.2) Na ocorrência do tópico anterior, a empresa deverá observar as normas de armazenamento seguro das urnas e materiais agregados consubstanciados na Instrução Normativa TRE-PA nº 1 de 25/06/2022, que será encaminhado pela fiscalização às contratadas.

f) **Os contatos das Zonas Eleitorais constam do site da internet do Tribunal em https://apps2.tre-pa.jus.br/apex/r/apex_app/infozonas/zonas/**

g) Durante a entrega dos materiais nas Zonas Eleitorais, pelo menos 01 (um) funcionário ou representante da contratada, devidamente credenciado, deverá estar presente para assinar documentos em nome da empresa, devendo identificar-se ao Chefe de Cartório ou pessoa designada por este com documento que comprove seu vínculo com a empresa. Caberá ao representante da Justiça Eleitoral notificar a fiscalização em caso de descumprimento desta norma.

g.1) A disponibilização da força de trabalho necessária para a movimentação e descarregamento dos materiais na Zonas Eleitorais é **de responsabilidade da contratada**.

g.2) A Contratada deverá apresentar ao TRE-PA, em até **14 (quatorze) dias após a assinatura do contrato**, por meio do e-mail ngue@tre-pa.jus.br, o **cronograma operacional de suas atividades, contendo os dias de entrega** dos materiais nas zonas eleitorais, obedecendo aos prazos previstos nestes Estudos Preliminares.

g.3) Caso haja necessidade de alteração no cronograma por motivos de força maior ou caso fortuito, a contratada deverá comunicar a fiscalização com antecedência de no mínimo **72 (setenta e duas) horas**.

4.2 Segunda Fase (Transporte das zonas eleitorais para o NGUE) NOVEMBRO a DEZEMBRO de 2026

a) Corresponde ao transporte dos materiais no trajeto reverso, das Zonas Eleitorais para o NGUE, e compreende dois momentos: a organização/retirada de materiais das Zonas Eleitorais e a entrega devidamente identificada/separada por zona no NGUE em Ananindeua.

b) Os endereços completos e os respectivos contatos das Zonas Eleitorais envolvidas podem ser verificados no site da internet do Tribunal em **internet em https://apps2.tre-pa.jus.br/apex/r/apex_app/infozonas/zonas/**

4.2.1 Retirada dos materiais das Zonas Eleitorais

a) As zonas eleitorais disponibilizarão os materiais relacionados no Anexo I do Termo de Referência (Fase 2 - Recolhimento) à Contratada a partir de **09/11/2026** (um mês antes da previsão de devolução no NGUE) **conforme o cronograma do Anexo II do Termo de Referência**;

b) Os responsáveis pela contratada deverão organizar os materiais de forma a facilitar a identificação/separação de materiais por Zonas Eleitoral.

c) A descarga dos materiais recolhidos em cada Zona Eleitoral deve ser feita diretamente no Núcleo Gestor de Urnas, sendo **vedado o descarregamento injustificado e sem conhecimento da fiscalização em outra localidade, em armazém de terceiros ou em depósitos temporários, antes da entrega**, contudo:

c.1) **Excetua-se** da vedação do tópico anterior os casos em que, dado conhecimento à fiscalização, e por força do fracionamento do transporte fluvial de diversas localidades até um porto central, houver necessidade justificada de armazenamento temporário em depósito/armazém.

c.2) Na ocorrência do tópico anterior, a empresa deverá observar as normas de armazenamento seguro das urnas e materiais agregados consubstanciados na Instrução Normativa TRE-PA nº 1 de 25/06/2022, que será encaminhado pela fiscalização às contratadas.

d) Durante o recolhimento dos materiais nas Zonas Eleitorais, pelo menos 1 (um) funcionário ou representante da contratada, devidamente credenciado, deverá estar presente para assinar documentos em nome da empresa, devendo identificar-se ao chefe de cartório ou pessoa designada por este com documento que comprove seu vínculo com a empresa. Caberá ao representante da Justiça Eleitoral notificar a fiscalização em caso de descumprimento desta norma;

e) O profissional a que se refere o tópico anterior deverá atuar durante toda a rota de recolhimento observando o cumprimento da obrigação do tópico 4.1.1.c (identificação/separação dos materiais);

f) A disponibilização da força de trabalho necessária para a movimentação dos materiais na zona eleitoral é **de responsabilidade da contratada**.

4.2.2 Devolução dos materiais no NGUE

a) A chegada dos materiais ao NGUE deverá observar a capacidade operatória diária daquela Unidade, conforme o cronograma estabelecido e constante do Anexo II do Termo de Referência.

b) Para melhor organizar este procedimento, a contratada deverá apresentar pessoal devidamente credenciado em número suficiente para a realização do serviço.

c) A contratada deverá encaminhar ao NGUE (ngue@tre-pa.jus.br) a relação com o nome das pessoas responsáveis pela classificação do material até a antevéspera do início dos serviços, contendo as seguintes informações:

- Nome da empresa/CNPJ;
- motivo do acesso;
- data e hora;
- nome das pessoas / cargo na empresa / RG;
- orientações e esclarecimentos deverão ser solicitados pelos telefones: 91 3346-8836 / 8832/ 8833/ 8834 .

d) A identificação e separação de materiais devolvidos no NGUE, de responsabilidade da contratada, deverá ser organizada por Zona Eleitoral.

e) A disponibilização da força de trabalho necessária para o descarregamento dos materiais no NGUE é **de responsabilidade da contratada**.

f) A Contratada deverá apresentar ao TRE-PA até **30 de outubro de 2026**, por meio do e-mail ngue@tre-pa.jus.br, o **cronograma operacional de suas atividades, contendo os dias de recolhimento** dos materiais nas zonas, obedecendo aos prazos previstos nestes estudos preliminares.

4.3 Controle do Material - GTM

a) O Controle dos materiais transportados será feito de acordo com as instruções da Portaria 22.171/2023 TRE/PRE/DG/STI/GABSTI de 15/05/2023 (SEI 1902204) e através da Guia de Transporte de Material – GTM, conforme modelo constante no Anexo III do Termo de Referência, onde constarão os dados dos materiais como: quantidade, origem, destino e demais informações necessárias para o transporte.

a.1) A GTM será emitida em 4 (quatro) vias, assim destinadas:

- 1ª via à Unidade do TRE-PA responsável pelo envio do material;
- 2ª via à Unidade do TRE-PA responsável pelo recebimento do material;
- 3ª via à Contratada, que encaminhará posteriormente à Comissão de Fiscalização para comprovação do serviço;
- 4ª via à Contratada.

b) As informações só serão válidas se assinadas pelas respectivas partes.

c) Serão responsáveis pela emissão e recebimento da GTM, no NGUE, servidor designado pela Chefia do núcleo, e na Zona Eleitoral, a Juíza ou Juiz ou a Chefia do Cartório.

d) A GTM deverá ser preenchida, emitida e devidamente assinada por cada responsável e entregue, juntamente com os materiais, a pessoa representante da Contratada, devendo esta conferir, carimbar e assinar, registrando o dia do recebimento. Nessa ocasião, a 1ª via ficará retida pela unidade emissora (NGUE ou Zona Eleitoral) para efeito de comprovação de entrega dos materiais.

e) Se observada qualquer diferença no quantitativo de material entregue/devolvido, o servidor responsável pelo recebimento deverá obter informações com unidade remetente para esclarecimentos, assim como arguir a Contratada sobre a divergência, tratando da ocorrência de imediato, documentando-se o ocorrido via sistema SEI e comunicando as instâncias superiores.

4.4 Manuseio do Material

a) Os materiais constituem-se basicamente de material eletrônico e de papel, assim como mídias de urnas eletrônicas, acondicionados em embalagem de papelão ou em fardos, e o seu manuseio/transporte deverão seguir às seguintes exigências, adaptadas da Instrução Normativa nº 1 de 25/06/2022 (SEI 1605935), que *"estabelece procedimentos a serem observados, no âmbito de jurisdição do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, referentes ao transporte, à movimentação à armazenagem e à conservação de urnas eletrônicas."*

a.1) Não poderão ser expostos ao sol, à chuva, à umidade, à poeira e ao balanço excessivo, bem como a qualquer forma de transporte que possa danificá-los;

a.2) Deverão ser observadas, para o correto manuseio e transporte, as indicações existentes nas embalagens das urnas eletrônicas, relativas à(ao):

- fragilidade do material;
- posição do carregamento;
- empilhamento máximo;
- proteção contra líquidos.

a.3) As caixas das urnas eletrônicas somente poderão ser carregadas uma a uma, pelas aberturas laterais, sendo **expressamente proibido** o carregamento de mais de uma caixa por carregador, sob risco de danos ao equipamento;

a.4) As urnas não podem ser transportadas de cabeça para baixo, de lado ou qualquer outra forma que comprometa a sua integridade;

a.5) As caixas não poderão ser jogadas, empurradas ou arrastadas no chão, pois são consideradas partes do conjunto;

a.6) Não será permitido colocar objetos pesados sobre as embalagens ou andar sobre elas, pois não foram projetadas para suportar este tipo de carga;

a.7) Não será permitido escrever, colar fitas ou papéis nas caixas das urnas, a fim de não danificá-las.

4.5 Lacre do(s) veículo(s)

a) O embarque ou desembarque dos materiais deverá ser acompanhado pelo fiscal local no NGUE e pelas Zonas Eleitorais (fiscais setoriais), conforme rotinas destacadas na Portaria Nº 22.171/2023 TRE/PRE/DG/STI/GABSTI (1902204), Capítulos VI a XI.

b) O uso de lacres de segurança é **opcional** por parte da contratada, sendo **recomendável** o seu uso.

b.1) Uma vez que todo o ciclo do transporte está protegido pelas rotinas de transferência patrimonial pela responsabilização de terceiros por danos e extravio e pela fiscalização contratual, o uso de lacres torna-se opcional, sendo obrigatório, contudo, o uso de cadeado nos baús dos veículos utilizados durante todo o ciclo de transporte.

b.2) Após cada etapa de embarque ou desembarque, o servidor da Justiça Eleitoral responsável deverá acompanhar a abertura e o posterior fechamento do veículo com cadeados ou com os lacres opcionais.

b.3) Caso a empresa utilize lacres, a sua numeração deve ser colocada no campo de observação da GTM.

b.4) Após a entrega ou retirada dos materiais na Zona Eleitoral o representante da contratada deverá fornecer ao Chefe de Cartório a GTM referente ao próximo ponto de entrega para que este possa registrar a numeração do lacre no campo observação.

4.6 Condições dos veículos utilizados

a) A(s) empresa(s) contratada(s) deverá(ão) utilizar no transporte somente veículos e embarcações adequados e com as documentações tanto do veículo e do condutor em dia e de acordo com todas as exigências legais, sendo que, no caso de verificação de infração deste tópico pela fiscalização, a empresa **ficará obrigada a mudar de veículo ou resolver a pendência apresentada antes do embarque** dos materiais, sem prejuízo de eventuais sanções contratuais.

b) A fiscalização observará, no embarque dos materiais, os seguintes itens do veículo:

- Licenciamento do Veículo e habilitação do condutor;
- Itens de segurança, conforme legislação em vigor;
- Pneus dianteiros, traseiros e reserva;
- Tranca(s) da porta do baú;
- Vedação da porta, do assoalho, do teto e das paredes internas do baú;
- Limpeza interna do baú;
- Suporte de amarração da carga.

c) São vedadas e sujeitas à multa contratual as ocorrências abaixo listadas que ocorram de forma injustificada e sem conhecimento da fiscalização:

c.1) a troca do veículo inspecionado/aprovado pela fiscalização em qualquer momento do transporte.

4.7 Orientações gerais a serem seguidas na execução contratual:

a) Além das disposições elencadas no restante dos Estudos Preliminares, a contratada deverá, ainda:

- a.1) Credenciar formalmente junto à Fiscalização, **no prazo de até 7 (sete) dias** contados da data de assinatura do contrato, um representante com disponibilidade de apresentar-se na cidade de Belém, quando solicitado pela fiscalização. Este representante será responsável pelo gerenciamento de todos os serviços descritos neste Instrumento, respondendo pela empresa contratada, devendo o mesmo reportar à Fiscalização todos os seus questionamentos e/ou dúvidas em relação às atividades a serem realizadas;
- a.2) Disponibilizar pessoal em número suficiente para a execução do objeto;
- a.3) Organizar o material para embarque do Núcleo Gestor de Urnas Eletrônicas - NGUE - para as Zonas Eleitorais (Fase 1) e vice-versa quando se tratar do trajeto de volta (Fase 2);
- a.4) Seguir o cronograma de SAÍDA das urnas/materiais do NGUE, constante do Anexo II do Termo de Referência;
- a.5) Seguir o cronograma de RETORNO das urnas/materiais ao NGUE, constante do Anexo II do Termo de Referência;
- a.6) Devolver as urnas e materiais no NGUE devidamente identificados e separados por zona eleitoral, acompanhados da GTM assinada pelo responsável local dos cartórios eleitorais;
- a.7) Separar as urnas e os materiais de forma que não se misturem zonas diversas, tanto na entrega quanto no recolhimento;
- a.8) Na fase 1, observar e controlar a entrega do material nas zonas eleitorais para que não haja equívoco, aferindo minuciosamente se todos os volumes correspondem à Zona Eleitoral a que se destinam;
- a.9) Na fase 2, observar e controlar a devolução do material no NGUE para que não haja equívoco, aferindo minuciosamente se todos os volumes correspondem à Zona Eleitoral de origem;
- a.10) Transportar os materiais de forma exclusiva e segura e dentro dos prazos estipulados neste Instrumento, através de veículos fechados (caminhão-baú), que garantam a integridade dos equipamentos;
- a.11) Utilizar no transporte somente veículos adequados e com as documentações do veículo e do condutor de acordo com todas as exigências legais, sendo que no caso de verificação de infração deste tópico pela fiscalização, a empresa ficará obrigada a mudar de veículo ou resolver a pendência apresentada antes do embarque, sem prejuízo de eventuais sanções contratuais;
- a.12) Os materiais deverão ser amarrados após o carregamento a fim de evitar o deslocamento da carga no interior do veículo ou da embarcação durante o transporte;
- a.13) No caso de transporte em embarcações, os materiais deverão ser transportados dentro de caminhões/carretas ou, em embarcações de menor porte, ser protegidos com lona impermeável ou outro material para evitar que sejam molhados ou expostos ao sol;
- a.14) Em caso de acidente ou defeito com qualquer um dos veículos ou embarcações que impeça o transporte dos materiais, a Contratada deverá disponibilizar outro transporte, sem prejuízo das exigências contidas neste Instrumento e no TR, no prazo de 24h, para dar continuidade ao serviço contratado. O fato deverá ser comunicado imediatamente tanto para a fiscalização do contrato, quanto para a(s) Zona(s) Eleitoral (is);
- a.15) Possuir carregadores em número suficiente para a execução do serviço, devidamente identificados, para o descarregamento/carregamento dos materiais nos locais indicados (NGUE e Zonas Eleitorais), em todas as fases;
- a.16) Instruir a mão de obra quanto à necessidade de acatar as orientações da Fiscalização, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas.

4.8. Manifestação de atendimento ao princípio da padronização (Art. 47, I, da Lei 14.133/21)

Conforme o disposto no Art. 47, I, da Lei 14.133/21, que versa sobre as normas gerais de licitações e contratos administrativos, é imperativo atender ao princípio da padronização na contratação de serviços, bens e obras pela Administração Pública.

Nesse contexto, no que diz respeito ao "serviço de transporte de urnas" a ser contratado, manifestamos nosso compromisso com a aplicação rigorosa do princípio da padronização. Este princípio visa assegurar a uniformidade e consistência nas aquisições governamentais, promovendo eficiência, transparência e economia de recursos públicos.

Para atender a esse princípio, implementaremos as seguintes medidas:

- a) **Elaboração de Especificações Técnicas Padronizadas:** Serão desenvolvidas especificações técnicas detalhadas que descrevam de forma

precisa e clara os requisitos para o serviço objeto deste estudo. Essas especificações serão elaboradas de acordo com as normas e padrões reconhecidos na área, garantindo a qualidade e eficácia do serviço.

- b) **Utilização de Termos de Referência Padronizados:** Os Termos de Referência utilizados nos editais de licitação serão padronizados, estabelecendo requisitos uniformes para os licitantes. Isso permitirá uma avaliação justa e igualitária das propostas apresentadas.
- c) **Adoção de Contratos-Modelo:** Utilizaremos contratos-modelo que incluem cláusulas padrão para os serviços do objeto em destaque. Essas cláusulas incluirão disposições relacionadas a prazos, entregas, qualidade do serviço, responsabilidades das partes, entre outros aspectos relevantes.

4.9. Justificativa dos requisitos de habilitação

A definição dos requisitos de habilitação técnica e econômica para a presente contratação fundamenta-se nos arts. 67 e 69 da Lei nº 14.133/2021 e seguem as diretrizes do modelo padronizado, observando os princípios da proporcionalidade, da competitividade e, primordialmente, da segurança do processo eleitoral.

I. Da Qualificação Técnica (Capacidade Técnico-Operacional)

A exigência de atestados de capacidade técnico-operacional, limitados a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens/lotes, justifica-se pelas seguintes razões:

- **Complexidade Logística e Temporal:** O transporte de urnas eletrônicas não admite falhas ou atrasos, dado o cronograma rígido e inadiável das Eleições. A empresa deve demonstrar que já gerenciou operações de volume relevante para garantir que possui estrutura de frota e pessoal capaz de atender aos picos de demanda das Fases 1 (Distribuição) e 2 (Recolhimento).
- **Natureza Sensível do Objeto:** As urnas são equipamentos eletrônicos de precisão, sensíveis a impactos, umidade e calor excessivo. A experiência prévia em "logística de transporte de bens e/ou equipamentos eletrônicos" assegura que a contratada domina as técnicas de estiva, amarração e manuseio necessárias para preservar o patrimônio público e a integridade do certame.
- **Amplitude da Competitividade:** Ao não exigir atestados exclusivos de "transporte de urnas", mas sim de equipamentos eletrônicos em geral, a Administração cumpre a Súmula nº 263 do TCU, permitindo a participação de empresas de logística de alta performance que atuam no setor privado, ampliando a disputa.
- **Registros Legais (ANTT e OTM):** A exigência de registro no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC) da ANTT e, quando couber, de Operador de Transporte Multimodal (OTM), decorre de obrigação legal estrita para o exercício da atividade de transporte, visando garantir que a execução ocorra sob o manto da legalidade e das normas de segurança viária.

II. Da Qualificação Econômico-Financeira

Os requisitos de saúde financeira (índices de liquidez e patrimônio líquido mínimo) buscam assegurar a execução contratual sem interrupções, fundamentando-se em:

- **Capacidade de Mobilização:** A logística eleitoral exige da contratada um aporte financeiro inicial elevado (contratação de pessoal temporário, combustível, locação de embarcações e manutenção de frota) antes do primeiro desembolso por parte do Tribunal. A empresa deve demonstrar solidez para suportar esses custos operacionais sem depender exclusivamente dos pagamentos mensais.
- **Mitigação do Risco de Abandono:** Em um estado com dimensões continentais como o Pará, o custo logístico é volátil. Índices de liquidez (Geral e Corrente) iguais ou superiores a 1,0 asseguram que a empresa possui ativos suficientes para honrar seus compromissos de curto e longo prazo, reduzindo o risco de insolvência durante o período crítico das eleições.
- **Patrimônio Líquido (PL):** A exigência de PL mínimo (limitado a 10% do valor estimado da contratação) serve como garantia subsidiária de que a empresa possui lastro patrimonial para responder por eventuais multas contratuais ou danos causados aos equipamentos (urnas), conforme autorizado pelo art. 69, § 4º da NLLC.

Observa-se que o objeto a ser contratado não está cadastrado no catálogo eletrônico de padronização, disponível no Portal Nacional de Compras Públicas.

Ao adotar essas medidas, asseguramos que o serviço contratado estará em conformidade com o princípio da padronização, promovendo eficiência e qualidade nas contratações públicas. Nosso compromisso é atender não apenas às exigências legais, mas também a um padrão elevado de excelência na prestação de serviços à sociedade.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS (obrigatório)

Fundamentação: estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso V da IN 58/2022).

5.1 Descrição dos materiais a serem transportados:

a) Abaixo segue a descrição resumida dos possíveis materiais a serem transportados:

MATERIAL		ESPECIFICAÇÃO	PESO UNITÁRIO MÁXIMO (KG)	VOLUME UNITÁRIO MÁXIMO (m3)
Urna Eletrônica com cabina, modelo 2015		Urna eletrônica acondicionada em caixa de papelão específica para esse fim, medindo cerca de 51 x 41 x 23cm (com 1 unidade), acompanhada de sua respectiva cabina de votação, confeccionada em papelão prensado, na cor branca com identificação da Justiça Eleitoral, medindo 127 x 118 x 4 cm.	10,3 Kg	Urna: 0,048 m3 Cabina: 0,060 m3 TOTAL: 0,108 m3
Urna Eletrônica com cabina, modelos 2020/2022		Urna eletrônica acondicionada em caixa de papelão específica para esse fim, medindo cerca de 42 x 41 x 29cm (com 1 unidade), acompanhada de sua respectiva cabina de votação, confeccionada em papelão prensado, na cor branca com identificação da Justiça Eleitoral, medindo 127 x 118 x 4 cm.	10,3 Kg	Urna: 0,049 m3 Cabina: 0,060 m3 TOTAL: 0,109 m3

Caixa de bobinas de papel para urnas eletrônicas	Caixa de papelão de dimensões aproximadas de 36 x 19 x 17 cm, contendo até 24 bobinas de papel termoscript de comprimento 60 metros, para uso em urnas eletrônicas.	8,5 Kg	0,011 m3
Caixa de mídias de urnas eletrônicas - Tamanho P	Caixa de papelão de dimensões aproximadas de 30,5 x 25,5 x 15,5 cm, contendo até 250 mídias de aplicação /mídias de resultado para uso em urnas eletrônicas	4,5 Kg	0,012 m3
Caixa de mídias de urnas eletrônicas - Tamanho M	Caixa de papelão de dimensões aproximadas de 44 x 32,5 x 24 cm, contendo até 450 mídias de aplicação /mídias de resultado para uso em urnas eletrônicas	8,5 Kg	0,034 m3
Caixa de mídias de urnas eletrônicas - Tamanho G	Caixa de papelão de dimensões aproximadas de 50,5 x 41,5 x 40,5 cm, contendo até 1000 mídias de aplicação /mídias de resultado para uso em urnas eletrônicas	18,5 Kg	0,084 m3
Caixa de mídias de urnas eletrônicas - Tamanho GG	Caixa de papelão de dimensões aproximadas de 60,5 x 51 x 36,5 cm, contendo até 1800 mídias de aplicação /mídias de resultado para uso em urnas eletrônicas	32,5 Kg	0,112 m3
Bateria com cabo	Bateria selada de chumbo ácido, de 9 A/H e 12v, recarregável, medindo 15 x 9,5x 6,5cm (1 unidade); acondicionada em caixas de papelão medindo 17 x 11 x 31,5cm (com 5 unidades) , acompanhada de cabo bipolar na cor preta e vermelha 18AWG, com comprimento de 2m, com dois conectores tipo faston 250 (6,35mm).	2,5 kg (Bateria) 12,5 Kg (Caixa)	Caixa: 0,005 m3
Urna de Lona	Urna em lona cor marrom com tampa móvel e abertura para inserção de cédulas, medindo 30 x 30 x 5 cm (1 unidade).	1,5 Kg	0,004 m3

Tabela 5.1.a - Descrição dos materiais que serão transportados.

5.2 Relação entre a demanda prevista e a quantidade de materiais (Tabela do item 1.1.f deste Estudo preliminar).

a) Na contratação do serviço de transporte de urnas, a **quantidade** de cada material a ser transportado deriva do número de seções e de pontos de transmissão do Estado. Dessa forma, os quantitativos estão diretamente vinculados ao eleitorado máximo por urna (380 eleitores conforme Resolução TRE-PA 5.775 de 20/04/2023 - Vota Ágil SEI 1887511), não havendo margem discricionária para o planejamento.

b) Os números apresentados são uma projeção somente, uma vez que o atendimento ao eleitor só encerra em **6/5/2026** e o processamento do cadastro eleitoral só cessará realmente no final de junho de 2026, quando o número de locais de votação, eleitores e seções será fixado de forma definitiva. **Entretanto, a equipe de planejamento não pode aguardar este prazo, pois acabaria por inviabilizar a execução contratual para atender à realização das Eleições.**

c) Para chegar ao total de urnas, fez-se uma projeção em todo o Estado no dia 04/05/2026 considerando-se as agregações de seções conforme a Resolução Vota Ágil, uma vez que todos os demais materiais transportados acabam por derivar dessa estimativa.

Item/Região	Seções	Agregações	Urnas de Contingência
1 - Oeste/Sudoeste	4.393	288	649
2 - Marajó	1.468	33	231
3 - Sul/Sudeste	4.523	310	471
4 - Nordeste	6.999	249	766
TOTAL	17.383	880	2.117

Tabela 5.2.c - Projeção de Seções, agregações e urnas de contingência realizada em 04/05/2026 (sujeito a modificações até o encerramento do processamento do cadastro eleitoral, em Junho/2026).

d) Abaixo, elenca-se o cálculo do quantitativo de materiais a serem transportados por item/Região do Estado.

Item/Região	Urnas Eletrônicas e Cabinas de Votação	Urnas de Lona	Baterias e Cabo	Caixa de Mídias	Caixa de Bobinas
1 - Oeste/Sudoeste	4.784	378	2.060	22	54
2 - Marajó	1.666	149	1.014	13	13
3 - Sul/Sul-Sudeste	4.684	403	527	21	48
4 - Nordeste	7.516	656	1.660	38	84
TOTAL	18.650	1.586	5.261	95	199

Tabela 5.2.d - Resumo de materiais transportados entre os itens da licitação (sujeito a modificações até o encerramento do processamento do cadastro eleitoral, em Junho/2026).

e) Quanto à **demanda**, o Tribunal não adentra na logística de transporte planejada e desenvolvida pela(s) empresa(s) contratadas, até pelas complexas características de geografia e infraestrutura do Estado, sem falar no *know-how* dos operadores de transporte de cargas e encomenda, que trabalham diariamente com o objeto da contratação.

f) Dessa forma, não se verifica na licitação nenhuma alusão ao número mínimo de veículos, sejam terrestres ou fluviais envolvidos na prestação do serviço. O que se verifica é a obrigação contratual de recolher as urnas e materiais do NGUE, obedecendo ao cronograma estipulado, e entregar em cada zona dentro do prazo acordado. Após a Eleição, resta ainda a obrigação à contratada de recolher as urnas das zonas eleitorais e entregar de volta ao NGUE, obedecendo também ao cronograma estipulado pela equipe.

5.3 Variações no quantitativo de materiais transportados

- a) As urnas eletrônicas e os materiais a serem transportadas poderão sofrer variação para mais ou para menos em até 5% (cinco por cento) do total de cada Item/Região do Estado, sem que esta variação implique em aumento ou redução dos valores avençados em contrato (a variação poderá ocorrer por conta do encerramento do processamento do cadastro eleitoral - que ocorrerá somente no final de junho de 2026).
- a.1) A aplicação de acréscimo ou de supressão contratual para qualquer dos materiais que tenha ultrapassado o limite indicado não afeta o valor contratual dos demais materiais que não tenham alcançado o limiar.
- a.2) Para aplicação da regra acima, contabiliza-se o total de cada material transportado no item/Região do Estado. Exemplifica-se abaixo:

Lote/Região	Urnas/Cabinas	Urnas de Lona	Baterias/cabo	Caixa de Mídias	Caixa de Bobinas
Planejamento Oeste/Sudoeste	4.492	362	2.180	22	27
Execução Oeste/Sudoeste	4.600	330	3.000	22	26
Variação Quantitativa	+2,40%	-8,84%	+37,61%	0,00%	-3,70%
Resultado	Inalterado o valor relativo a este material	Supressão contratual no valor relativo a este material	Acréscimo contratual no valor relativo a este material	Inalterado o valor relativo a este material	Inalterado o valor relativo a este material

Tabela 5.2.a.2 - Exemplos de cálculo para realização de aditivo ou supressão contratual dentro da faixa de variação de 5%.

- a.3) A regra de acréscimo ou de supressão contratual pode ser aplicada tanto na distribuição quanto no recolhimento dos materiais.
- b) Justifica-se a medida acima para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da proposta, uma vez que, devido à distância temporal do planejamento até o encerramento do processamento do cadastro eleitoral não é possível prever com exatidão o quantitativo final dos materiais transportados. Neste período, poderão ocorrer variações motivadas por:
- aumento do eleitorado e consequente criação de novas seções/criação de novos locais de votação;
 - criação de novos locais de votação;
 - exclusão de locais de votação;
 - agregação de seções.
 - Para melhor referência, recomenda-se a leitura da Informação COLOG 18/2022, referente às Eleições daquele ano, constante no evento 1628122.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso VI da IN 58/2022).

a) O valor estimado da contratação foi calculado com base no contrato anterior, com atualização pelo IPCA acumulado de dezembro de 2023 a dezembro de 2025 (9,91%). Também foi incluída uma margem de 10% para cobrir a inflação até maio de 2026 (data prevista da licitação) e o crescimento do eleitorado até 6 de maio de 2026 (fechamento do cadastro).

Regiões	Zonas	Urnas Eletrônicas	IPCA acumul. 24 meses	Valor/Urna TR1 2024 Contrato	Valor projetado 2026 com 10% margem erro e crescimento eleitorado até 06/05/2026
Baixo Amazonas e Sudoeste Paraense	18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 34ª, 38ª, 54ª, 55ª, 68ª, 79ª, 80ª, 82ª, 83ª, 85ª, 89ª, 91ª, 92ª, 101ª, 102ª, 104ª, 105ª	4.950	9,91%	R\$ 17,00	R\$ 100.980,00
Ilha do Marajó	02ª, 03ª, 10ª, 15ª, 16ª, 17ª, 26ª, 27ª, 44ª, 48ª, 86ª, 90ª, 99ª	1.707	9,91%	R\$ 26,06	R\$ 53.381,30
Sudeste Paraense	23ª, 24ª, 40ª, 42ª, 46ª, 51ª, 53ª, 56ª, 57ª, 58ª, 59ª, 60ª, 61ª, 62ª, 69ª, 74ª, 75ª, 84ª, 100ª, 103ª, 106ª	4.679	9,91%	R\$ 16,60	R\$ 93.205,68
Nordeste Paraense	04ª, 05ª, 06ª, 07ª, 08ª, 09ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 25ª, 31ª, 32ª, 33ª, 35ª, 36ª, 37ª, 39ª, 41ª, 45ª, 49ª, 50ª, 52ª, 64ª, 65ª, 70ª, 81ª, 87ª, 88ª, 93ª e 94ª	7.441	9,91%	R\$ 8,40	R\$ 75.005,28
				TOTAL 2026	R\$ 322.572,26

Tabela 6.a - Projeção do valor da contratação para 2026.

b) Poderá haver variação para mais no valor estimado da contratação, após a realização da pesquisa de preços, utilizando os critérios do art. 23 da Lei n. 14.133/21 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/21, uma vez que será a primeira vez que ocorrerá o transporte de caixas de mídias e caixas de bobinas neste serviço, o que será ajustado na coleta realizada pela SACC.

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VII da IN 58/2022).

a) Considerando o princípio do parcelamento da solução (art. 47, II, da Lei nº 14.133/21), recomenda-se a divisão do objeto em itens por três motivos principais:

a.1) o vulto e a complexidade da contratação, que envolve o transporte de aproximadamente 19.000,00 (dezenove mil) urnas eletrônicas e outros materiais agregados a diversos municípios do interior do Estado, no trajeto de ida e volta;

a.2) a divisão em itens possibilita a ampliação da competição e evita a concentração de mercado (propiciando a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas), o que levará a um melhor preço de contratação para o TRE-PA;

a.3) o agrupamento de zonas com características geográficas similares possibilita a oferta de valores individualizados de acordo com cada região do Estado.

b) Desse modo, atesta-se que com o parcelamento do objeto na forma proposta é técnica e economicamente viável, visto que permite a ampliação da competição e observa as características locais de execução do objeto, bem como não acarretará perda de economia de escala, sendo ainda perfeitamente viável a gestão individualizada da execução simultânea dos contratos decorrentes do certame.

c) Portanto, a licitação deverá ser adjudicada pelo critério **MENOR PREÇO POR ITEM**.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Fundamentação: contratações correlatas e/ou interdependentes (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VIII da IN 58/2022).

a) Não se verificam a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

b) Para verificação da contratação em anos anteriores, remete-se ao tópico 1.3 destes estudos.

9. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (obrigatório)

Fundamentação: demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com os instrumentos de planejamento do órgão ou entidade; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso IX da IN 58/2022).

9.1. Alinhamento com o plano estratégico do TRE/PA (macrodesafio/indicador estratégico):

- PEJEPA – 2021/2026 – Processo Interno de Gestão e Segurança do Processo Eleitoral;
- A contratação também se alinha com a missão e visão do TRE-PA, quais sejam, "*Garantir a transparência e a legitimidade do processo eleitoral visando ao fortalecimento da democracia*" e "*Ser reconhecido como órgão de excelência, pautado pela inovação e qualidade, na gestão do processo eleitoral, na prestação jurisdicional e na acessibilidade dos serviços*", respectivamente;

9.2. Previsão no Plano Anual de Contratações: PROCESSO SEI 0001463-63.2025.6.14.8000

I) Portaria 24352 (2851386)

II) Anexo V - Plano de TI para as Eleições 2026 (2835065)

III) Item: 11 (Valor estimado no PCA R\$ 856.028,73).

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso X da IN 58/2022).

10.1 Resultados pretendidos

a) A presente contratação visa suprir uma necessidade intrínseca ao período eleitoral e essencial à realização das eleições, que é o transporte de grandes quantidades de urnas eletrônicas e demais materiais para as zonas do interior do Estado do Pará, que por sua extensão continental e pelas realidades distintas apresentadas nas suas mesorregiões, eleva a complexidade do serviço.

Neste sentido, a contratação deve considerar as especificidades de cada região, tais como o acesso por vias terrestres e/ou fluviais, a disponibilidade de veículos adequados, a segurança dos locais de armazenamento e a capacitação dos profissionais envolvidos.

b) Por conta desses fatores, a cada contratação, faz-se necessário uma logística eficiente, economicamente viável e com baixo impacto ambiental, pois as rotas devem ser organizadas de forma a otimizar o tempo de distribuição e de recolhimento das urnas e de seus materiais agregados.

Além disso, a contratação deve observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como as normas de licitação e contratos administrativos, visando garantir a transparência e a qualidade do serviço prestado.

c) Por outro lado, a cada eleição a equipe de planejamento da logística ouve as Zonas Eleitorais, as empresas transportadoras e os fiscais do contrato para a promoção de melhorias na execução contratual.

Essa prática permite identificar as dificuldades, as demandas e as sugestões dos diversos atores envolvidos no processo, bem como avaliar o desempenho e a satisfação dos mesmos. Assim, a contratação pode ser aprimorada a cada ciclo eleitoral, buscando sempre a excelência e a efetividade do serviço.

d) Finalmente, o êxito da contratação irá garantir que os materiais cheguem até as zonas de forma ordenada, garantindo a realização das **Eleições 2026**, e que, após as eleições, os materiais transportados sejam devolvidos ao Depósito do Núcleo Gestor de Urnas.

Para isso, é fundamental que haja um controle rigoroso das datas, dos locais, das quantidades e das condições dos materiais transportados, bem como um acompanhamento constante dos fiscais do contrato e dos responsáveis pelas zonas eleitorais. Dessa forma, a contratação contribuirá para o fortalecimento da democracia e da cidadania no país.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XI da IN 58/2022).

a) Não há providências prévias à celebração do contrato.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Fundamentação: descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XII da IN 58/2022).

a) A [Resolução CONAMA 237/1997](https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/RE0237-191297.PDF)^[1] estabelece em seu Anexo I a necessidade de licenciamento ambiental somente para o transporte de cargas consideradas perigosas. Segundo essa norma, são cargas perigosas aquelas que apresentam risco à saúde pública, à segurança ou ao meio ambiente, devido às suas características físicas, químicas ou biológicas, tais como substâncias inflamáveis, explosivas, corrosivas, tóxicas, radioativas, entre outras. O transporte pretendido no contrato é basicamente de produtos eletrônicos usuais no mercado (a urna pode ser considerada um micro computador em uma apresentação diferenciada), motivo este pelo qual não se aplicam tais requisitos à contratação pretendida. Isso porque os produtos eletrônicos não se enquadram na definição de cargas perigosas, desde que sejam transportados de forma adequada, respeitando as normas técnicas e de segurança aplicáveis.

b) Ademais, no item 2.11 deste ETP estão descritos os Critérios e práticas de sustentabilidade.

[1] <https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/RE0237-191297.PDF>

13. ESTRATÉGIA DA CONTRATAÇÃO DO OBJETO

13.1. Forma de seleção e modalidade de licitação:

(X) Pregão Eletrônico Tradicional

() Pregão Eletrônico - SRP

() Adesão à Ata de Registro de Preços

() IRP (Intenção de Registro de Preços)

() Contratação Direta - **Inexigibilidade de Licitação** (Art. 74 e incisos da Lei 14.133/2021)

() Contratação Direta - **Dispensa de Licitação** (Art. 75 e incisos da Lei 14.133/2021)

14. AVALIAÇÃO QUANTO À NECESSIDADE DE CLASSIFICAÇÃO DO ETP, NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527/2011 (OBRIGATÓRIO)

Fundamentação: Art. 13 da IN SEGES 58/22 e 91, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

14.1. Considerando não se tratar de licitação cujas informações nele constantes sejam sensíveis e imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, não há necessidade de se atribuir qualquer tipo de classificação ao presente documento, nos termos dispostos na Lei nº 12.527/2011.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XIII da IN 58/2022).

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o Inciso XIII do art. 9º da IN 58, de 08 de agosto de 2022, - SEGES-ME.



Documento assinado eletronicamente por **CLEBER SOUSA FANJAS, Coordenador**, em 06/05/2026, às 15:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALCIDES RENATO DA SILVA PAMPLONA JÚNIOR, Chefe de Seção**, em 07/05/2026, às 08:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3008428** e o código CRC **0F85D104**.